

Interseccionalidade e práticas antirracistas na Educação Física escolar: a Ginástica para Todos no enfrentamento ao racismo estrutural

RESUMO:

O artigo apresenta uma pesquisa-intervenção desenvolvida ao longo de oito aulas de Educação Física com 29 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, orientada pela interseccionalidade como ferramenta analítica e pedagógica. A produção dos dados envolveu diário de pesquisa e grupo focal, posteriormente analisados por meio da análise temática. A experiência pedagógica teve a Ginástica para Todos como eixo articulador, em diálogo com dança de rua e capoeira, integrando práticas corporais e momentos reflexivos. Os resultados evidenciaram manifestações de racismo estrutural e religioso no cotidiano escolar, além de desigualdades produzidas pela articulação entre raça, gênero e classe social. A experiência revelou o potencial de práticas pedagógicas interseccionais para transformar vivências de opressão em reflexões críticas, denúncias e enfrentamentos corporais. Conclui-se que tais práticas contribuem para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e para a construção de pedagogias antirracistas comprometidas com justiça social, diversidade e transformação curricular.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Educação física escolar; Racismo estrutural; Pedagogias antirracistas; Ginástica para todos

Suelen Gonçalves de Oliveira Cortes

Mestra

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, Muzambinho, Minas Gerais, Brasil.

suelen.cortes@educacao.mg.gov.br

<https://orcid.org/0009-0005-3938-7438>

Mateus Camargo Pereira

Doutor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, Muzambinho, Minas Gerais, Brasil.

mateus.pereira@ifsuldeminas.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-2015-0260>

Intersectionality and anti-racist practices in school Physical Education: Gymnastics for All in confronting structural racism

ABSTRACT

This article presents an intervention-research project developed over eight Physical Education classes with 29 fifth-grade students, guided by intersectionality as an analytical and pedagogical tool. Data collection involved a research diary and focus groups, subsequently analyzed through thematic analysis. The pedagogical experience used Gymnastics for All as its central axis, in dialogue with street dance and capoeira, integrating bodily practices and reflective moments. The results revealed manifestations of structural and religious racism in daily school life, as well as inequalities produced by the articulation between race, gender, and social class. The experience revealed the potential of intersectional pedagogical practices to transform experiences of oppression into critical reflections, denunciations, and bodily confrontations. It concludes that such practices contribute to confronting ethnic-racial inequalities and to the construction of anti-racist pedagogies committed to social justice, diversity, and curricular transformation.

KEYWORDS: Intersectionality; School physical education; Structural racism; Anti-racist pedagogies; Gymnastics for all

Interseccionalidad y prácticas antirracistas en la educación física escolar: Gimnasia para todos en la lucha contra el racismo estructural

RESUMEN

Este artículo presenta un proyecto de investigación-intervención desarrollado en ocho clases de Educación Física con 29 estudiantes de quinto grado, guiado por la interseccionalidad como herramienta analítica y pedagógica. La recopilación de datos incluyó un diario de investigación y grupos focales, posteriormente analizados mediante análisis temático. La experiencia pedagógica se basó en la Gimnasia para Todos como eje central, en diálogo con la danza urbana y la capoeira, integrando prácticas corporales y momentos de reflexión. Los resultados revelaron manifestaciones de racismo estructural y religioso en la vida escolar cotidiana, así como desigualdades derivadas de la articulación entre raza, género y clase social. La experiencia puso de manifiesto el potencial de las prácticas pedagógicas interseccionales para transformar las experiencias de opresión en reflexiones críticas, denuncias y confrontaciones corporales. Se concluye que dichas prácticas contribuyen a afrontar las desigualdades étnico-raciales y a la construcción de pedagogías antirracistas comprometidas con la justicia social, la diversidad y la transformación curricular.

PALABRAS-CLAVE: Interseccionalidad; Educación física escolar; Racismo estructural; Pedagogías antirracistas; Gimnasia para todos

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, em especial, as aulas de Educação Física, tem se configurado como um espaço permeado por preconceitos e hierarquias racializadas. Historicamente, esse componente curricular foi estruturado por perspectivas biologizantes voltadas ao controle e à normatização dos corpos, o que contribuiu para o silenciamento e a exclusão de grupos socialmente vulnerabilizados (Jucá; Maldonado, 2024). Além disso, as reflexões sobre o racismo nesse campo passaram, e ainda passam, por processos de silenciamento e invisibilidade na história da Educação Física brasileira, que se constituiu, em diversos momentos, como espaço de reprodução do racismo (Pereira; Ferreira, 2023).

A recorrência de práticas excludentes nas aulas de Educação Física, marcadas pela reprodução do racismo, pela manutenção de exclusões étnico-raciais e pelo silenciamento das questões étnico-raciais, constatada a partir de estudos que versam sobre o tema (Altmann, 1998; Dornelles, 2007; Corsino, 2015; Auad; Corsino, 2018; Jucá; Maldonado, 2024), revela um cenário de permanência de relações de poder racializadas que pouco se transformaram ao longo dos anos.

Tais processos não se limitam a ações isoladas ou atitudes individuais, mas estão profundamente vinculados ao racismo estrutural, compreendido como um sistema historicamente enraizado que organiza instituições, práticas sociais e relações de poder, produzindo e naturalizando desigualdades raciais em diferentes dimensões da vida social, inclusive no contexto educacional (Almeida, 2019).

Nesse sentido, a escola, longe de estar dissociada dessas estruturas, também participa da reprodução ou do enfrentamento dessa realidade. O atual cenário educacional, marcado por opressões estruturais racializadas, exige dos(as) educadores(as) práticas pedagógicas engajadas e comprometidas com o enfrentamento do racismo e com a promoção da justiça social.

Ignorar essas questões reforça padrões excludentes, silenciamentos e relações de poder historicamente construídas, contribuindo para a permanência da discriminação racial no contexto escolar. Em contrapartida, uma postura crítica possibilita a construção de uma escola mais inclusiva, comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial e com a formação de sujeitos capazes de reconhecer, problematizar e enfrentar o racismo de forma ética e responsável na sociedade.

No cotidiano escolar, o racismo estrutural manifesta-se também por meio de currículos, práticas pedagógicas e representações que frequentemente invisibilizam ou minimizam as contribuições históricas, culturais, científicas e sociais da população negra. Ao reproduzir narrativas limitadas ou estereotipadas, a escola participa da manutenção de hierarquias raciais e da produção de subjetividades ajustadas a uma ordem social desigual. Esses processos não ocorrem de maneira isolada ou acidental, mas integram mecanismos institucionais mais amplos que contribuem para naturalizar privilégios, silenciar histórias e perpetuar violências institucionais racializadas (Almeida, 2019).

Frente a esse cenário, a promulgação da Lei 10.639/03 representou um importante avanço no reconhecimento da necessidade de incorporar de forma sistemática a história e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares, buscando tensionar práticas históricas de silenciamento racial. Contudo, apesar desse marco legal, ainda é recorrente a presença de abordagens pontuais e restritas à temática racial no ambiente escolar. Em muitas instituições, as discussões sobre relações étnico-raciais permanecem limitadas a datas específicas, como o Dia Nacional da Consciência Negra, configurando o que Bakke (2011) apud Oliveira e Nascimento (2021) denominaram de “pedagogia do evento”, caracterizada por ações isoladas e temporárias que pouco alteram estruturalmente as práticas pedagógicas ao longo do ano letivo.

A Lei 10.639/03, conforme Corsino (2015; 2021), tem como objetivo promover uma pedagogia antirracista que valorize a história e a cultura afro-brasileira, reconhecendo a centralidade da população negra na formação do país. Parte-se do entendimento de raça como categoria sociológica, fundamental para compreender e combater as desigualdades raciais ainda presentes nas relações sociais e nas práticas escolares. De acordo com Gomes (2012), a Lei 10.639/03 constitui uma conquista do Movimento Negro brasileiro, resultado de lutas históricas voltadas à transformação das desigualdades raciais e à construção de uma educação comprometida com o reconhecimento da história e cultura afro-brasileira.

Nesse sentido, a Lei propicia e fundamenta, no caso da Educação Física, o tratamento de temas como a Capoeira e as Danças Afro-Brasileiras, fato que representou inegável avanço nas políticas educacionais em nosso país, no que diz respeito à abordagem de temas relacionados às minorias sociais (Corsino; Auad, 2014, p. 61).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana representam um avanço significativo na construção de uma educação antirracista no Brasil, ao estabelecerem fundamentos importantes para o enfrentamento das desigualdades raciais também no âmbito da Educação Física escolar. Contudo, sua efetivação ainda é atravessada por desafios como resistências sociais, limitações na formação de professores(as) e fragilidades nas políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial na educação (Corsino; Rocha, 2025).

INTERSECCIONALIDADE, RAÇA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Apesar desses avanços normativos, o enfrentamento das desigualdades raciais no contexto escolar demanda abordagens analíticas que considerem a complexidade das relações de poder que estruturam as experiências dos sujeitos. Nesse sentido, a interseccionalidade constitui uma importante ferramenta teórico-metodológica, ao possibilitar a compreensão de como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e classe, se articulam na produção de experiências específicas de exclusão, subalternização e privilégio.

Apesar do termo ter se popularizado a partir da segunda metade dos anos 2000, sua origem precede essa difusão conceitual e remonta ao final da década de 1970, a partir da herança política e teórica do movimento conhecido como *Black Feminism*, no contexto estadunidense, cuja crítica

coletiva incidiu de maneira contundente sobre o feminismo branco, de classe média e pautado pela heteronormatividade (Hirata, 2014). As pautas dos movimentos feministas hegemônicos, historicamente conduzidos por mulheres brancas de classe média, refletiam majoritariamente interesses vinculados a esses lugares sociais e, por muito tempo, foram tomadas como representativas de todas as mulheres de forma indistinta.

Collins e Bilge (2021) definem que a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica voltada à compreensão de como diferentes relações de poder se articulam nas sociedades marcadas pela diversidade, influenciando tanto as relações sociais quanto as experiências cotidianas dos sujeitos. Essa perspectiva reconhece que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária não operam de forma isolada, mas se inter-relacionam e se moldam mutuamente, oferecendo uma abordagem fundamental para compreender a complexidade das experiências humanas e das estruturas sociais.

Ao reconhecer que raça, classe, gênero, orientação sexual, etnia, capacidade e outras categorias não existem separadamente, mas se influenciam mutuamente, a abordagem interseccional permite apreender a complexidade das relações sociais e das vivências individuais, oferecendo uma ferramenta analítica poderosa para investigar as diferentes formas de privilégio e opressão presentes na sociedade. No campo da Educação Física escolar, essa perspectiva possibilita compreender como desigualdades raciais se articulam a outras estruturas de poder, incidindo diretamente sobre corpos, práticas pedagógicas e experiências escolares.

Conforme problematizado por autoras como Crenshaw (2002) e Akotirene (2019), as opressões não operam de forma isolada, mas de maneira imbricada, produzindo formas específicas de subalternização. No campo da Educação Física escolar, essa perspectiva permite compreender como o racismo se articula a outras estruturas de poder, como gênero e classe, atravessando corpos, práticas pedagógicas e experiências escolares de maneira complexa.

Ao desafiar concepções tradicionais de inclusão, a interseccionalidade evidencia que diferentes formas de exclusão são vivenciadas de maneira particular pelos(as) estudantes, conforme seus marcadores sociais, ampliando a capacidade crítica de práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo estrutural e com a construção de pedagogias antirracistas (Jucá; Maldonado, 2024). No contexto brasileiro, entretanto, a raça ocupa lugar central na produção histórica das desigualdades sociais, sendo elemento estruturante das relações de poder desde o período colonial. Assim, embora a interseccionalidade considere múltiplos marcadores sociais, neste estudo a dimensão racial assume papel fundamental, uma vez que o racismo estrutural organiza oportunidades, experiências escolares e processos de exclusão de maneira profunda e persistente. Dessa forma, compreender os atravessamentos entre raça, gênero, classe e outras categorias torna-se essencial para analisar criticamente como práticas pedagógicas podem tanto reproduzir quanto enfrentar desigualdades históricas.

Diante desse contexto, torna-se fundamental investigar possibilidades pedagógicas que não apenas denunciem a presença do racismo estrutural no cotidiano escolar, mas que também contribuam para a construção de práticas efetivamente comprometidas com seu enfrentamento.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo, ao analisar uma experiência pedagógica desenvolvida nas aulas de Educação Física escolar, orientada pela interseccionalidade e articulada à

Ginástica para Todos, à dança de rua e à capoeira, buscando compreender suas potencialidades na problematização das desigualdades étnico-raciais e na promoção de práticas antirracistas.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, que, segundo Flick (2009), utiliza predominantemente textos em vez de números para compreender a construção social das realidades investigadas. Essa abordagem privilegia as perspectivas dos participantes, as práticas cotidianas e os saberes comuns relacionados ao tema em análise, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados.

Adotei como referencial metodológico a pesquisa-intervenção, ou seja, investigação com potencial de gerar mudanças significativas no cotidiano das práticas escolares. Nesse tipo de pesquisa temos um distanciamento dos enfoques tradicionais investigativos e uma aproximação de conceitos como liberdade, autonomia e transformação.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública, junto a uma turma composta por 29 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I, por meio da implementação de uma sequência didática realizada ao longo de oito aulas de Educação Física escolar, tendo a Ginástica para Todos como eixo central, em diálogo com dança de rua e capoeira, orientada pela interseccionalidade como ferramenta analítica e pedagógica. A proposta buscou problematizar desigualdades raciais presentes no cotidiano escolar e fortalecer experiências educativas antirracistas.

A produção dos dados ocorreu por meio de diário de pesquisa e grupo focal realizado com os(as) estudantes ao término da intervenção. Para este artigo, privilegiou-se o recorte analítico da categoria “respeitando as dores de cada um”, oriunda da análise temática da pesquisa, por evidenciar de forma contundente como marcadores interseccionais, especialmente raça, gênero, classe e religiosidade, não apenas desvelaram manifestações de racismo estrutural no contexto escolar, mas também anunciaram possibilidades concretas de problematização crítica e enfrentamento das múltiplas formas de opressão.

Os(as) estudantes participantes foram identificados(as) por pseudônimos elaborados especificamente para este estudo, garantindo a preservação de suas identidades e o cumprimento dos princípios éticos da pesquisa. A escolha desses nomes buscou valorizar referências negras, afro-brasileiras e indígenas, em consonância com os princípios políticos e pedagógicos que fundamentaram a investigação. As reflexões, experiências e tensionamentos produzidos ao longo da intervenção foram analisados de forma interpretativa, à luz da perspectiva interseccional e das discussões sobre racismo estrutural na educação, buscando compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas possibilitaram problematizações críticas acerca das desigualdades raciais no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Questões interseccionais e racialização nas experiências escolares

As experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo da intervenção revelaram manifestações persistentes de racismo estrutural no cotidiano escolar, evidenciando como desigualdades raciais, estereótipos e práticas discriminatórias seguem atravessando as relações sociais e pedagógicas nas aulas de Educação Física.

A perspectiva interseccional orientou a análise das experiências escolares, permitindo compreender como múltiplos marcadores sociais atravessam as vivências dos(as) estudantes nas aulas de Educação Física, influenciando suas experiências, formas de exclusão e possibilidades de participação no ambiente escolar (Silva; Faleiros, 2023; Mont Alverne; Brito; Maldonado, 2024).

Alinhada a essa perspectiva, ao longo de toda a sequência didática, foram promovidos espaços de escuta por meio de debates críticos, nas quais as crianças foram incentivadas a refletir e a se expressar sobre aspectos de suas características identitárias, assim como sobre situações de opressão vivenciadas em seu cotidiano, no contexto escolar e, especificamente, nas aulas de Educação Física.

A criação de espaços de escuta mostrou-se central para tornar visíveis experiências historicamente silenciadas, especialmente aquelas relacionadas ao racismo, sexismo e intolerância religiosa, reafirmando o acolhimento e a escuta crítica como princípios fundamentais para práticas pedagógicas comprometidas com inclusão e justiça social (Aua; Corsino, 2018). Como destaca hooks (2013, p. 58), “escutar um ao outro é um exercício de reconhecimento”, garantindo que nenhum(a) estudante permaneça invisibilizado(a).

Em uma das aulas em que discutimos a diversidade de práticas corporais possíveis na Ginástica Para Todos, foi introduzido o tema da capoeira, o que possibilitou reflexões sobre os processos históricos de invisibilização das mulheres negras. A conversa abordou questões relacionadas à violência dirigida a seus corpos, à marginalização de suas expressões religiosas e à construção social historicamente abjeta da mulher negra. Nesse contexto, ao serem incentivadas a refletir sobre opressões vivenciadas em seus cotidianos, diversas alunas compartilharam experiências que evidenciaram como preconceitos de gênero se articulavam também ao racismo e à discriminação estética.

Carolina: Eu estava um dia brincando no parquinho e um menino disse: você não vai brincar porque está na nossa área, dos meninos. (diário de pesquisa, 2024)

Professora Pesquisadora: Enfim, a mulher sofre preconceito por ser mulher, não sofre? E se for uma mulher negra? (diário de pesquisa, 2024)

Lélia: Muito mais preconceito. Machismo e racismo. (diário de pesquisa, 2024)

Professora Pesquisadora: Você acha que uma mulher negra sofre o mesmo preconceito que eu (*Suelen*) sofreria? (diário de pesquisa, 2024)

Patrícia: Diferentes. Ela sofre racismo, sofre muito racismo. É chamada de macaco. (diário de pesquisa, 2024)

As falas das estudantes evidenciam que, mesmo na infância, já estão presentes percepções sobre a articulação entre racismo e sexismo, revelando como hierarquias sociais são incorporadas e reproduzidas no ambiente escolar. As experiências compartilhadas demonstram que desigualdades de gênero se tornam ainda mais complexas quando atravessadas pela raça, produzindo formas específicas de exclusão dirigidas, especialmente, às meninas negras.

Tais relatos confirmam “um jogo de hierarquias e classificações no espaço escolar que incluem as questões de gênero, mas que se tornam mais complexas à medida que se atravessam outras categorias” (Dornelles, 2007, p. 42). Corsino (2021) reforça que as experiências escolares variam conforme marcadores sociais como raça, gênero e classe, refletindo hierarquias historicamente produzidas.

A partir dessas experiências, torna-se possível compreender que práticas aparentemente organizadas apenas por distinções de gênero, como a separação entre meninos e meninas nas aulas, estão inseridas em dinâmicas sociais mais amplas, atravessadas também por raça e classe. Sob uma perspectiva interseccional, observa-se que meninas negras, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, enfrentam não apenas marginalização nas práticas corporais, mas também formas específicas de violência simbólica relacionadas à cor da pele, à textura do cabelo e à posição social.

Em contextos marcados também por desigualdades socioeconômicas, o cotidiano escolar evidencia que raça e classe operam conjuntamente, aprofundando processos de exclusão e restringindo oportunidades de participação, reconhecimento e pertencimento. Nesse sentido, “as opressões podem ser vivenciadas de forma única por diferentes grupos de alunos(as)” (Silva; Faleiros, 2023, p. 118).

Ao longo das aulas, para além dos marcadores de gênero e raça, a religião também se revelou como uma forma significativa de opressão presente nos discursos dos(as) estudantes. Quando espaços de escuta eram promovidos, muitos aproveitaram a oportunidade para relatar experiências de intolerâncias religiosas que, até então, pareciam silenciadas no contexto escolar. Observou-se que as religiões de matriz africana figuraram como principal alvo de preconceito

Conceição: Já fui da umbanda. E sofri muito preconceito. Não me sentia feliz não. (diário de pesquisa, 2024)

Audre: Ela me perguntou qual era minha religião e eu falei, umbanda e ela me perguntou se esse negócio era de fazer macumba, além disso já havia me chamado de macaco. (diário de pesquisa, 2024)

As experiências relatadas também evidenciaram que intolerância religiosa, racismo e pertencimento cultural operam de maneira articulada, especialmente quando associados a práticas historicamente racializadas. Essas vivências revelam como estudantes negros(as), praticantes de religiões de matriz africana e participantes de manifestações culturais racializadas experienciam formas específicas de discriminação

Tal realidade reforça a importância de uma abordagem interseccional para compreender, de forma aprofundada, as identidades construídas e as opressões vivenciadas por esse sujeito. Conforme

apontam Silva, Bronzo e Brasil (2023, p. 83-84), trata-se de “racismo religioso, em que a rejeição não se dirige apenas à religião, mas ao próprio modo de vida negro, expresso em práticas culturais que extrapolam os limites do terreiro, como ocorre com a capoeira.”

“Respeitando as dores de cada um”: limites e contribuições de uma prática pedagógica antirracista

Após a implementação da estratégia pedagógica, composta por aulas desenvolvidas com uma turma de quinto ano do ensino fundamental I e a realização dos grupos focais, tornou-se evidente que o processo, embora significativo, apresentou fragilidades e limitações. Reconhecer essas limitações permite compreender que práticas educativas críticas, especialmente no contexto da Educação Física escolar nos anos iniciais, envolvem desafios complexos.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a interseccionalidade não esteve presente apenas como conteúdo ou categoria de análise, mas orientou intencionalmente minha prática, desde a escolha dos temas até as estratégias adotadas para fomentar o debate e acolher as experiências diversas das crianças. No entanto, ficou evidente que, mesmo com a intencionalidade interseccional, as mediações realizadas pelos(as) estudantes no decorrer da sequência didática foram fortemente marcadas por suas experiências mais concretas e cotidianas. Assim, em muitos momentos, os debates se concentraram em um único marcador como gênero, etnia/raça, classe social ou religião, a depender da vivência mais próxima e marcante de cada um(a).

Outro fator marcadamente limitante foi a duração da sequência didática, que se mostrou ainda mais evidente no decorrer das aulas. Essa limitação foi apontada pelas próprias crianças como uma queixa recorrente em duas circunstâncias: no tempo total do processo para aprofundamento dos temas e reorganização/reorientação da estratégia; na duração das horas/aulas, principalmente para aquelas que predominava uma sequência de reflexão e prática corporal, seguidas da retomada dos debates. Pode-se identificar essa fragilidade na fala das crianças sobre a elaboração e ensaio das coreografias de GPT.

Tupã: Se tivesse mais tempo, ia ser uma coisa melhor. Se tivesse um prazo maior, né? Para elaborar. (grupo focal, 2024)

Ângela: Tia, foi legal apresentar, só que eu achei que faltou um pouco de tempo. (grupo focal, 2024)

Nzinga: Foi um pouco difícil, porque na fase da ginástica foi mais difícil de definir, porque o tempo estava acabando, a gente só tinha o último dia pro ensaio. (grupo focal, 2024)

Considero fundamental reconhecer que a construção coletiva de propostas pedagógicas interseccionais, envolvendo todo o corpo docente da escola, a gestão escolar, a comunidade e, sobretudo, a participação ativa das crianças como sujeitos protagonistas do processo educativo, poderia potencializar os impactos da intervenção. Inserir esse debate no Projeto Político Pedagógico (PPP) seria um caminho possível para consolidar práticas interseccionais no cotidiano escolar. Trata-se de um desafio que se coloca para outros momentos da prática profissional. Além disso, a experiência evidenciou a urgência de incorporar perspectivas antirracistas e interseccionais de forma

continua ao currículo da Educação Física escolar, superando abordagens pontuais ou restritas a projetos específicos.

As construções coreográficas elaboradas ao longo da sequência didática constituíram um importante espaço de manifestação dos entendimentos interseccionais por parte dos(as) estudantes. Por meio da GPT foi possível perceber como mobilizaram suas vivências e percepções sobre diferenças de gênero, raça, classe e outras que atravessam o cotidiano escolar.

No decorrer das aulas conversamos sobre alguns aspectos conceituais, como as questões de gênero e os estereótipos que envolvem as masculinidades e as feminilidades quando introduzimos a temática GPT e seus praticantes; ao abordar as modalidades que podem estar presentes nas coreografias desse tipo de ginástica falamos sobre a valorização da capoeira como resistência do povo negro, principalmente sobre o apagamento sofrido pelas mulheres negras em todo processo histórico no Brasil até os dias de hoje, mostrando também as conquistas a partir das lutas sociais; exploramos o conceito, praticantes e elementos das danças de rua; refletimos brevemente e de maneira didática sobre justiça social e após todas essas mobilizações iniciamos o processo de elaboração das coreografias de GPT.

Durante o processo de elaboração coreográfica, as crianças passaram a mobilizar, de forma cada vez mais crítica, diferentes marcadores sociais para representar corporalmente experiências de desigualdade observadas em seus contextos sociais. As propostas construídas coletivamente evidenciaram não apenas a compreensão conceitual de opressões relacionadas ao racismo, às desigualdades de gênero e à classe social, mas também a capacidade de traduzir tais problemáticas em linguagem corporal, por meio de gestos, formações espaciais e narrativas simbólicas. Nesse movimento, emergiram formulações que revelaram leituras interseccionais significativas, ainda que atravessadas por suas experiências concretas e pela faixa etária.

Patrícia: Podem começar separados pela cor de pele também. (diário de pesquisa, 2024)

Kenan: E quando nós fizemos a pirâmide, os negros ficaram embaixo e os brancos ficaram em cima. Para demonstrar essa superioridade que a sociedade muitas vezes vê, né? (grupo focal, 2024)

Esmeralda: A empregada doméstica sofrer preconceito, ser mandada embora, humilhada por ser negra e pobre. (diário de pesquisa, 2024)

Grada: Eu estava querendo fazer opressões de gênero [...] aí, a gente acabou fazendo racismo e opressão de gênero. (grupo focal, 2024)

Esses enunciados demonstram que, mesmo em um contexto de ensino fundamental I, os(as) estudantes foram capazes de reconhecer hierarquizações sociais estruturadas por relações raciais, econômicas e de gênero, evidenciando como tais desigualdades atravessam suas percepções de mundo. Ao representarem corpos negros em posições inferiores, associarem pobreza e racialização à precarização do trabalho e denunciarem normas de gênero, as crianças produziram manifestações pedagógicas que extrapolaram a reprodução de conteúdos, constituindo-se como práticas de problematização social.

Entre as diversas manifestações produzidas ao longo da sequência didática, a expressão *“respeitando as dores de cada um”*, elaborada por uma das crianças durante os grupos focais, emergiu

como síntese potente das aprendizagens construídas coletivamente. A formulação revela não apenas uma compreensão empática diante das diferenças, mas também a capacidade de reconhecer que desigualdades sociais produzem experiências específicas de sofrimento, exclusão e violência. Nesse sentido, a expressão converte-se em categoria analítica central para compreender os deslocamentos promovidos pela prática pedagógica, evidenciando processos de escuta, reconhecimento e enfrentamento das opressões.

As manifestações discentes também indicaram que a sequência didática ultrapassou o reconhecimento das desigualdades, favorecendo a elaboração de posicionamentos críticos voltados à resistência, à justiça social e ao enfrentamento das violências racializadas. As falas das crianças evidenciam deslocamentos significativos em suas leituras de mundo, incorporando noções de equidade, direitos e transformação social como respostas às múltiplas formas de exclusão debatidas ao longo das aulas

Rute: Combater o racismo e não ficar em silêncio. (grupo focal, 2024)

Tainã: Ao invés de aceitar, lutar pelos seus direitos. (grupo focal, 2024)

Ailton: É a igualdade, ou melhor, a equidade entre as pessoas. (grupo focal, 2024)

Esses enunciados revelam que os(as) estudantes não apenas identificaram situações de discriminação, mas também começaram a construir repertórios políticos e éticos de enfrentamento, articulando denúncia, resistência e defesa de direitos. Ao mobilizarem conceitos como racismo, luta e equidade, as crianças demonstraram compreender, ainda que em elaboração inicial, que desigualdades sociais não devem ser naturalizadas, mas questionadas e transformadas. Tais formulações evidenciam a potência da prática pedagógica antirracista em promover, desde os anos iniciais, processos educativos voltados à formação de sujeitos mais críticos, empáticos e comprometidos com a justiça social.

As manifestações discentes também evidenciaram que a sequência didática ultrapassou a denúncia das estruturas discriminatórias, promovendo movimentos de valorização identitária e ressignificação positiva de sujeitos historicamente subalternizados. Ao reelaborarem representações sobre mulheres negras, ancestralidade africana e práticas culturais marginalizadas, as crianças passaram a construir perspectivas que não se restringiam à dor ou à violência histórica, mas que afirmavam dignidade, resistência e pertencimento.

Mandela: Eu achei que foi mais difícil porque eu queria representar de uma forma diferente a mulher negra. Eu não queria colocar como se ela estivesse escravizada. Igual nos livros de história que ela estava... Dentro dos navios escravizados eu queria fazer de uma forma diferente. [...] Eu queria envolver a valorização. (grupo focal, 2024)

Amadi: Posso trazer meu instrumento do congo? O que vocês acham? Eu trazia esse instrumento (*para a apresentação*). (diário de pesquisa, 2024)

Professora Pesquisadora: Eu acho que seria maravilhoso. Você toca um instrumento lá? (diário de pesquisa, 2024)

Amadi: Sim. Aí, na hora da coreografia, vou estar representando uma religião que muitas vezes é vista com preconceito. (diário de pesquisa, 2024)

Essas formulações indicam deslocamentos significativos, uma vez que as crianças passaram a questionar narrativas históricas restritas à subalternização e buscaram construir representações afirmativas de corpos, culturas e religiosidades racializadas. Ao propor novas formas de visibilizar mulheres negras, religiosidades afro-brasileiras e elementos culturais africanos, os(as) estudantes demonstraram que práticas pedagógicas antirracistas podem contribuir não apenas para identificar desigualdades, mas também para fortalecer processos de reconhecimento, autoestima e valorização das identidades historicamente silenciadas. Nesse sentido, a Educação Física evidenciou significativa capacidade transformadora, favorecendo pedagogias que promovem justiça social por meio da afirmação da diversidade.

Ademais, o espaço escolar, especialmente as aulas de Educação Física, têm sido marcadas por preconceitos relacionados a classe social, raça, gênero, regionalidade e habilidade, “tendo em vista que um dos problemas recorrentes no que diz respeito às hierarquizações nas aulas de Educação Física passa pelo silenciamento, que muitas vezes é reforçado pelos(as) professores(as)” (Corsino, 2015, p. 248). A escola, muitas vezes, não reconhece essas intersecções ou, quando o faz, não está preparada para enfrentá-las de forma adequada, o que corrobora com o processo de invisibilização desses sujeitos (Corsino, 2021). Romper com essa lógica é condição fundamental para a construção de uma prática pedagógica orientada pela interseccionalidade.

A experiência também produziu deslocamentos significativos em minha própria prática docente, evidenciando que o enfrentamento ao racismo e às demais opressões no contexto escolar exige uma revisão contínua das escolhas curriculares, metodológicas e políticas que orientam a Educação Física. A sequência didática reforçou a necessidade de compreender o currículo não como espaço neutro, mas como território de disputas, no qual silenciamentos podem ser reproduzidos ou tensionados. Nesse percurso, a interseccionalidade deixou de constituir apenas referencial analítico e consolidou-se como princípio orientador de uma prática pedagógica comprometida com justiça social, escuta e valorização das diferenças.

“Respeitar as dores de cada um”, nesse contexto, significou deslocar silenciamentos historicamente presentes na escola e possibilitar que a Educação Física se constituísse como espaço de reconhecimento social, denúncia das exclusões e valorização da diversidade. Ao incorporar manifestações da cultura corporal historicamente marginalizadas, como a capoeira e outras expressões negras, a proposta também tensionou perspectivas eurocêntricas ainda predominantes na Educação Física escolar, contribuindo para o enfrentamento de lógicas coloniais que historicamente invisibilizam saberes, corpos e práticas racializadas.

Nessa direção, Gomes (2012) ressalta que a descolonização curricular exige que a escola assuma compromisso efetivo com o enfrentamento do racismo, incorporando às práticas educativas as realidades sociais vividas pelos(as) estudantes, a formação crítica de professores(as) e o reconhecimento de histórias, saberes e sujeitos historicamente invisibilizados pelos modelos hegemônicos de educação.

À luz dessas reflexões, a experiência desenvolvida também permite identificar princípios didático-metodológicos fundamentais para a consolidação de uma pedagogia antirracista na Educação Física escolar, dentre os quais se destacam: a valorização das experiências e identidades dos(as) estudantes; a criação de espaços permanentes de escuta crítica; a problematização intencional das desigualdades estruturais; a valorização de práticas corporais historicamente marginalizadas; e a

organização curricular comprometida com justiça social. Tais elementos anunciam possibilidades concretas para a construção de práticas pedagógicas contra hegemônicas, comprometidas com o enfrentamento do racismo e das múltiplas formas de opressão no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica desenvolvida evidenciou que o racismo estrutural permanece atravessando o cotidiano escolar de maneira complexa, articulando-se a gênero, classe e religiosidade e produzindo formas específicas de exclusão nas aulas de Educação Física. Nesse percurso, a interseccionalidade mostrou-se uma ferramenta fundamental para tornar visíveis desigualdades historicamente silenciadas no espaço escolar, permitindo compreender como múltiplos marcadores sociais atravessam as vivências dos(as) estudantes e influenciam suas experiências de participação, pertencimento e exclusão (Silva; Faleiros, 2023).

A sequência didática revelou contribuições significativas para a construção de práticas pedagógicas antirracistas, sobretudo ao promover espaços de escuta, valorização das identidades e fortalecimento de uma consciência crítica capaz de articular experiências corporais, culturais e sociais. Ao favorecer o protagonismo estudantil e possibilitar a problematização de experiências de opressão, a intervenção reafirmou o potencial da Educação Física escolar como espaço de resistência, reconhecimento e enfrentamento das desigualdades. Conforme apontam Auad e Corsino (2018), romper com a lógica do silenciamento implica reconhecer que ignorar marcadores sociais contribui para a manutenção de práticas excludentes e desigualdades historicamente produzidas.

Entretanto, os resultados também evidenciaram limites estruturais importantes. O tempo reduzido da intervenção, a fragilidade da formação docente para lidar com questões étnico-raciais e interseccionais, bem como a permanência de currículos sustentados por perspectivas hegemônicas, demonstram que práticas pedagógicas antirracistas, quando realizadas de forma isolada, possuem alcance limitado diante da profundidade das opressões estruturais (Corsino, 2021). Dessa forma, torna-se urgente incorporar tais debates de maneira contínua à formação docente, ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico escolar.

As discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa também incidiram diretamente sobre minha própria prática pedagógica. Repensar escolhas, modificar estratégias e reconhecer limites de uma atuação que, em determinados momentos, reproduzia lógicas excludentes, constituiu parte essencial deste processo formativo. A interseccionalidade passou, assim, a configurar-se não apenas como ferramenta analítica, mas como eixo estruturante de uma práxis comprometida com justiça social, diversidade e transformação educacional (Mont Alverne; Brito; Maldonado, 2024). Defender práticas pedagógicas antirracistas na Educação Física escolar implica reconhecer que o enfrentamento ao racismo estrutural não pode permanecer periférico ou pontual, mas deve constituir compromisso político, curricular e formativo permanente.

Assumir a interseccionalidade como perspectiva pedagógica não é apenas uma escolha metodológica, mas um posicionamento ético e político diante da urgência de uma Educação Física comprometida com a justiça social. Nesse sentido, esta pesquisa, ao dialogar com a construção de uma sequência didática, não pretende oferecer respostas definitivas, mas contribuir para a ampliação

das discussões sobre o tema e para o fortalecimento de práticas críticas e socialmente comprometidas. Reconhece-se que se trata de um caminho ainda em construção, permeado por limites e desafios, mas que abre possibilidades concretas de transformação e de valorização da diversidade no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais).
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais).
- ALTMANN, Helena. **Rompendo Fronteiras de Gênero: Marias (e) homens da Educação Física**. 1998. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/c03a2ede-88a8-4d3a-85d6-733ac8b91226/download>. Acesso em: 20 de fev. de 2026.
- AUAD Daniela; CORSINO Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escola. **Rev. Estudos Feministas**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142585>.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. Relações raciais e de gênero: a educação física escolar na perspectiva da alquimia das categorias sociais. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, v. 24, n. 45, p. 57-75, jan./ abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol24.n45.p57-75>.
- CORSINO, Luciano Nascimento. Raça, gênero e a lei 10.639/03 no âmbito da educação física escolar: percepções docentes. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 1, n. 2, p. 247-262, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/riac.2015.14187>.
- CORSINO, Luciano Nascimento. O ensino de história e cultura afro-brasileira na concepção de docentes de duas escolas da rede estadual de São Paulo. **Cenas Educacionais**, Caetité - Bahia - Brasil, v.4, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/cenaseducacionais/article/download/10794/8038/33681>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.
- CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. A LEI Nº 10.639/03 na pós-graduação brasileira: por um currículo afrorreferenciado na Educação Física escolar. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 29, p. e20029, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.29.e20029>.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- DORNELLES, Priscila Gomes. **Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na educação física escolar na perspectiva de gênero**. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível

em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12189/000623698.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de mar. de 2026.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa; supervisão e revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012, p.98-109. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 21 de fev. de 2026.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Brasil, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JUCÁ, Luan Gonçalves; MALDONADO, Daniel Teixeira. Marcadores socioculturais, interseccionalidade e educação física escolar: premissas de um currículo crítico-libertador no ensino médio integrado dos institutos federais. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 2, p. 812–837, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v12i2.16931>.

MONT ALVERNE, André Luis do Nascimento; BRITO, Leandro Teófilo de; MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e Educação Física Escolar: a subjetivação da inter-relação dos marcadores sociais das diferenças no componente curricular. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.46.e20240042>.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva; NASCIMENTO, Leticia Abílio. “Pedagogia do evento”: o dia da consciência negra no contexto escolar. **Campos**. v.22, n.1 p. 135-158 jan/jun 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/cra.v22i1.74239>.

PEREIRA, Ana Paula; FERREIRA, Heidi Jancer. Reflexões sobre as relações opressoras na educação física escolar. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 1, p. 26-40, jul. 2023. Disponível em: <https://www.rebescolar.com/Conpefe/reflex%C3%B5es-sobre-as-rela%C3%A7%C3%B5es-opressoras-na-educa%C3%A7%C3%A3o-f%C3%ADsica-escolar>. Acesso em: 18 de fev. de 2026.

SILVA, Hirlene de Oliveira; FALEIROS, Thaísa Haber. Interseccionalidade na sala de aula: lições de Paulo Freire. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 10, n. 20, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8932/5673>. Acesso em: 1 de mar. de 2026.

SILVA, Mônica de Cassia Costa; BRONZO, Carla; BRASIL, Flávia de Paula Duque. **Feminismo negro no Brasil: as interseccionalidades na produção de políticas públicas**. Campo de políticas públicas: perspectivas e diálogos ibero-americanos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023. p. 270-286. Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstreams/e01c7544-62fd-451e-95f4-d4e99e4cbfe5/download>. Acesso em: 10 de mar. de 2026.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - não se aplica

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM – não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), através da Plataforma Brasil, CAAE: 80053324.8.0000.8158, parecer: 7.018.696 em 20 de agosto de 2024.

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria entende não haver conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Mauricio Roberto da Silva

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Giovani De Lorenzi Pires

HISTÓRICO

Recebido em: 14/06/2026

Aprovado em: 10/07/2026

Publicado em: 01/10/2026